

## Festa e identidade: o São João do Porto

Susana Gastal\*

### Resumo

*A cidade do Porto está situada ao norte de Portugal. Contingências históricas e geográficas, como a localização junto à foz do rio Douro, tornaram-na importante centro comercial, levando ao enriquecimento que se expressa em uma arquitetura invejável, listada pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Mesmo pouco considerada academicamente, ali se realiza anualmente a Festa de São João, que envolve profundamente toda população local há pelo menos setecentos anos. O presente artigo busca aprofundar as relações de nexos entre esta Festa e a identidade local, utilizando para tal o tratamento dado por Castells ao tema.*

### Palavras-chave

*Festa; identidade; Festa de São João; Porto; Portugal.*

### Abstract

*Porto as a brand expands itself beyond the city named, located in the north of Portugal. By historical and geographical contingencies, e.g. the location near the Douro River, Porto became an important and rich trading center, which urged an expressive cultural heritage, listed by Unesco among the World Heritage Site. Even little regarded academically, the Feast of St. John takes place there annually and deeply involves the entire local population. This paper aims to deepen relations between this festival and the local identity using Castells treatment to the theme.*

### Keywords

*Feast; identity; Feast of St. John; Porto; Portugal.*

---

\* Doutora em Comunicação Social pela PUCRS (2002). Professora no Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência nas áreas de Comunicação, Cultura e Turismo, e atua principalmente nos seguintes temas: comunicação, pesquisa em turismo, pós-modernidade, imaginário, turismo cultural e história do turismo e das viagens.

## 1. Introdução

A cidade do Porto situa-se ao Noroeste de Portugal, sendo capital do distrito homônimo. Hoje com cerca de 240 mil habitantes, sua região metropolitana agrega 1.286.274 moradores. Sua imagem está associada ao Vinho do Porto – mesmo que esse não seja, mais propriamente, ali produzido –, mas foi sua riqueza arquitetônica que lhe rendeu o reconhecimento, pela Unesco, como Patrimônio da Humanidade. Porém, a riqueza cultural local não se restringe ao patrimônio arquitetônico histórico, havendo diversidade de museus, teatros e centros culturais, com destaque para a Casa da Música, projeto do arquiteto Rem Koolhaas. As festas populares são bastante incentivadas pela autoridade pública municipal, tendo como destaque as comemorações de São João, em especial na noite do dia 23 para 24 de junho, mas não se restringindo somente a ela. O Porto é resultado, portanto, de sua localização privilegiada junto à foz do Douro, onde estão tanto o porto fluvial, a dialogar com o interior do país, como o porto marítimo, por onde se dão as trocas com o exterior. E não seria inapropriado dizer que a história de Portugal passa por ali, inclusive na denominação do país, como será apresentado adiante.

O presente artigo propõe uma reflexão, a partir de pesquisa empírica realizada na cidade do Porto, em Portugal, entre 2012-2013, sobre a identidade local, considerando a Festa de São João ali realizada anualmente, há mais de 700 anos. Questionam-se, portanto, as possíveis relações entre a festa e a(s) identidade(s) locais, considerando que, na revisão bibliográfica realizada, a Festa não aparece com destaque nos textos acadêmicos, talvez pelas circunstâncias excepcionais, em termos de diversidade de expressões culturais, ali presentes.

Seguindo Castells (1999), a análise proposta não pretende percorrer ou mesmo discutir o que tem sido escrito em torno da identidade, ou seja, não está em questão a teorização sobre tal tema. Priorizo, nesse momento, uma análise empírica decorrente da observação da própria Festa, realizada em 2012, que se atenha a delinear o cenário que gerou a cidade e as comemorações de São João, descrevendo os contextos que levaram à riqueza tanto em termos de patrimônio material, arquitetônico, como de patrimônio imaterial, marcado pela Festa, mais propriamente. Confronto a sua descrição com as falas de atores locais entrevistados no contexto da pesquisa. Seguirei apenas Castells (1999, p. 12), portanto, para considerar a identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” e os desdobramentos que esse teórico coloca para a mesma.

Se a identidade se coloca como a fonte de significado para um povo – e aqui Castells reporta-se a Callhoun [1994, p. 9-10] – não haveria povo que não nomeie ou que não utilize um idioma e se expresse numa cultura, que se coloque como “alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles. [...] O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros”.

Castells diz que a identidade não deve ser confundida com papéis (trabalhador, mãe, sindicalista, fumante...). Ela é “fonte de significado para os próprios atores, por eles originados, e construídos por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p. 23), o qual deve ser internalizado. Ou seja, identidades organizariam significados, enquanto papéis organizariam funções, seguindo normas estruturadas pelas organizações sociais. O sociólogo diz mais:

[...] entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (CASTELLS, 1999, p. 22).

Nesses termos, *significado* envolveria “a identificação simbólica por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (CASTELLS, 1999, p. 23). A identidade seria alimentada pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva, fantasias pessoais e pelos aparatos de poder, dentre outros, mas também reorganizada por tendências sociais, “projetos culturais enraizados em sua estrutura social bem como em sua visão de tempo/espço” (CASTELLS, 1999, p. 23). Isso tudo levaria à identidade coletiva, organizada a partir de conteúdos simbólicos e de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem, a partir de relações de poder.

Daf resultaria o que Castells classifica como três tipos de identidade, às quais denomina *identidade legitimadora*, *identidade de resistência* e *identidade de projeto*. A primeira seria aquela introduzida pelas instituições dominantes, para expandir sua dominação. A segunda seria a que é criada por atores em condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, formando trincheiras de resistência e sobrevivência. Por fim, a identidade de projeto utilizaria materiais culturais para

construir a identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, transformando a estrutura social (caso, por exemplo, do feminismo) e criando sujeitos.

Vejamos como se dá a situação no Porto a partir do proposto por Castells.

## 2. Ser (no) Porto

A história da cidade do Porto se perde no tempo. Marjay (1973) situa sua proto-história ainda no momento Mesolítico, reportando-nos a algo em torno de doze mil anos e, portanto, bem anterior à presença dos romanos. Próximo à foz do rio Douro, “vestígios castrejos e romanos” (PEREIRA, 1998, p. 152) demarcam dois sítios: um deles nasceu e cresceu como cais, que ao longo da ocupação romana era tratado como *Portus*; mais acima,

[...] alcandorada num morro granítico, ficava *Cale*, a *civitas*, com origem num velho povoado castrejo, romanizado a partir de finais do século II a.C, que dominava o cruzamento da via fluvial com a via terrestre que ia da cidade de *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga). A expansão do povoamento de *Cale* para a zona ribeirinha, na época tardo-romana, ligando os dois núcleos, viria a originar a expressão *Portucale*, que aparece já no século VI e que dará, depois, o nome a Portugal (PEREIRA, 1998, p. 153).

Desde seus primórdios, nas identificações simbólicas locais, o Porto era a “cidade mercantil e marinheira, que deu nome a Portugal” (PEREIRA, 1998, p.152), por onde circulavam centenas de barcos descendo e subindo o rio, para o interior, ou cruzando a barra, em direção ao mar, levando a localidade a dialogar com o mundo. Mas, a vida local, tendo no comércio sua maior atividade econômica, não foi tranquila. Seguiram-se sucessivas invasões dos bárbaros: alanos, vândalos, mas, em especial suevos e visigodos, os quais se fixaram, “mesclando-se com as populações vencidas em menos de três séculos” (MARJAY, 1973, p.7). Outros povos faziam incursões na região. A partir do século VIII, dá-se, também, a presença árabe.

Graças a sua posição geográfica estratégica e a sua produção agroindustrial, o Porto produz a riqueza que fica marcada na sua estrutura urbana por uma rica arquitetura, levando-o à consagração, no final do século XX, devido ao reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade, pela Unesco. Geografia e História contribuíram para tal. Politicamente, a cidade também se destaca na construção nacional portuguesa, pois seria ali que radicariam os primeiros sentimentos de nacionalidade, distintos de Espanha. Como os cronistas locais gostam de destacar, é do Porto que sai D. Afonso Henriques, no século XII, para ser o primeiro rei de Portugal, embora seja

apenas a crise de 1383-1385 o que culminará com a independência do país, sob D. João I.

A cidade do Porto se consolida durante a Idade Média, estendendo-se da linha d'água junto ao Douro e subindo por suas íngremes encostas, para alcançar o alto da colina onde até hoje está a Sé, cercada por casas e estabelecimentos comerciais. Sua vitalidade econômica já então seria atestada pela presença de várias portas em sua muralha (FALCÃO, 1999-2000). Os descobrimentos marítimos, na passagem do século XV para XVI, beneficiam em muito a região.

Ao longo do tempo, a denominação *Porto* torna-se, mais do que um topônimo, uma marca. A “designação da cidade transbordava para além de seus limites e era aplicada, primeiro, ao território que lhe ficava ao norte, para também o vir a ser, mais tarde, à próxima região situada ao Sul do Douro” (MARJAY 1973, p.7). Como é colocado na atualidade pelas autoridades locais, desde seus primórdios, *Porto*, mais do que a denominação de um burgo, é uma marca que, enquanto *Portucale*, se expande ao país e, posteriormente, em especial em decorrência do vinho do Porto, passará a designar a região, para além da cidade em si.

Feita essa síntese brevíssima e simplificada acerca de uma história de muitos séculos, retomo Castells para reforçar que, para ele, a identidade é fruto de uma determinada organização de significados, atribuídos a um conjunto de marcas culturais. Percorrer tal percurso de construção de sentido supõe desconstruí-lo em suas partes significantes. Como a história é longa e são muitos os seus narradores, os discursos de significado para análise neste artigo serão retirados de três textos, vendo-os nas suas aproximações. Como a leitura proposta é interessada, ou seja, busca a maior compreensão de uma festa tradicional e, nesses termos, um bem cultural imaterial, os três textos selecionados priorizam a dimensão intangível da cidade. Os dois primeiros, “A dimensão escondida do patrimônio histórico portuense”, de José Manuel Lopes Cordeiro, e “Patrimônio intangível no Porto”, de Rui Ramos Loza, foram aproximados do texto de abertura do catálogo da exposição “Divino Porto”, de Gaspar Martins Pereira.

Loza (2002, p.27) defende que é necessário considerar a dimensão intangível para entender a cidade, pois ela impulsionaria o funcionamento urbano. O arquiteto diz, além disso, que considerar apenas a leitura arquitetônica da cidade nos levaria a uma visão reducionista e “de consequências negativas para a articulação das soluções

integradas, indispensáveis para a promoção do desenvolvimento sustentado das comunidades que dependem do bem patrimonial que é a cidade histórica” (LOZA, 2002, p.27). Ainda para o mesmo arquiteto, mede-se a dimensão intangível pelos valores positivos da cidade, que “permitem manter as feições, os comportamentos, as atitudes, a identidade e o caráter [...]” (LOZA, 2002, p. 28), ou seja, nas palavras do mesmo articulista, é o que fica quando tudo se perde, como semente ou mesmo como o DNA da cidade. Portanto, a transformação do sítio em cidade é resultado “de todos os intervenientes activos<sup>1</sup> da construção da cidade” (LOZA, 2002, p. 27), da acumulação de séculos ou mesmo de milênios “de esforço traduzido em trabalho, luta, gestão e criação”, que transformam a cidade em obra de arte; “mas são as memórias e os saberes que continuam e transmitem de geração em geração, que constroem [sic] a identidade de uma população [...]” (LOZA, 2002, p. 27). Sob essa visão, o tempo, assim como a memória e as identidades a ele correlatas, seria a matéria-prima fundamental para a construção da cidade.

Cordeiro (2002) parte do pressuposto de que a noção de património imaterial coloca novos desafios à salvaguarda do património cultural. Citando a Unesco, ele define património imaterial como o conjunto de criações emanadas de uma comunidade cultural, baseada na tradição, expressa por um grupo de indivíduos e reconhecida como resposta às expectativas de uma comunidade, e, destaque, *como reflexo da sua identidade cultural e social*. Nisso estão incluídos, pela Unesco, saberes e tradições orais, celebrações profanas e religiosas, formas de expressão que, para Cordeiro, se constituiriam em *traços identitário sutis*. Em que pese seu competente resgate desses traços sutis, Cordeiro peca por associá-los a sua tradução e presença no corpo da cidade do Porto, apenas em componentes materiais como arquitetura e monumentos, embora destaque haver nas mesmas, também, expressões imateriais, responsáveis por alimentar uma *particular identidade* da cidade e uma característica identitária presente no imaginário portuense.

Pereira (1998), por sua vez, não teoriza previamente sobre património ou identidade, mas, a partir da presença do Vinho do Porto, discorre sobre suas marcas no espaço urbano e em seus moradores; é uma cidade, para ele, cheia de memórias, com uma história feita de cumplicidade e conflitos, de grandezas e crises. É dele, talvez, na

---

<sup>1</sup> As presentes citações são retiradas de textos com grafia em português de Portugal.

sua poética, a melhor síntese da visão local sobre o Porto, nas suas imaterialidades, ao descrevê-la como cidade:

[...] aberta ao mundo, das Descobertas, onde nasceu o Infante D. Henrique, muitas viagens para lá do mar. Porto. Cidade barroca, de igrejas e conventos, talha dourada, do ouro do Brasil, riqueza do vinho, do ouro do Douro. Memória do comércio de muitas mercadorias. Cidade entre o rio e do mar, de bruma e azulejos. Cidade Cais, de produtos e de gentes, do Norte de Portugal. Saudades do Brasil. Cidade do trabalho, das fábricas oitocentistas. Bruma e fumo. E ferro. Cidade liberal, burguesa e romântica, dos cafés, passeios na Foz, junto ao mar, ao fim de tarde. Jardins, cidade verde. Cidade do vinho. Do Porto, claro (PEREIRA, 1998, p. 152).

Cordeiro (2002) prefere falar em diferentes dimensões a marcar o que denomina como *componente imaterial* que, somado as materialidades do patrimônio, não só perdura no tempo, como serve para definir e alimentar essa identidade local em particular, presente no imaginário portuense sobre si mesmo. A primeira dimensão envolveria o contributo à nação ao gerar a denominação da futura nação portuguesa, a partir das localidades primitivas de *Portus* e de *Cale*, depois *Portucale*. A segunda dimensão por ele proposta tem como mito fundador a figura de Afonso Henriques, depois Henrique, o Navegador que, nascido no Porto, seria personagem-chave no processo de expansão não só para além da Província Ibérica, mas como demarcador do avanço extraeuropeu do continente.

A terceira dimensão voltaria a envolver a participação local no processo de expansão marítima, agora com o episódio em que, heroicamente, os portuenses, em 1414, se empenharam na construção e abastecimento de setenta embarcações, parte da frota de conquista a Ceuta, primeiro pé português na África. O abastecimento dos barcos só foi possível com os portuenses abrindo mão de seu próprio alimento; ao deixarem para si apenas as “tripas”, ou embutidos feitos com as partes menos nobres dos animais, receberam a alcunha de *tripeiros*, termo com o qual se autodenominam até hoje.

A quarta dimensão proposta por Cordeiro viria com a renovação urbana da cidade, no século XVIII, em decorrência da expansão da vitivinicultura. O Marquês de Pombal incentivara a criação da Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, fundada em 1757, para garantir a qualidade do vinho ali produzido, o que alavancou a sua comercialização através dos portos no Douro e na Foz. A renovação urbana foi coordenada por João de Almada e envolveu a expansão extramuros do antigo núcleo medieval, com ruas largas e longas que chegavam a ter até mil metros. O loteamento proposto para essas novas áreas envolvia terrenos estreitos e compridos – 5,5 m de

testada e 100 m de profundidade –, o que marcaria não só a arquitetura, mas também as identidades locais. Em termos arquitetônicos, gerou edifícios altos e estreitos, com fachadas cobertas de azulejos.

No século seguinte, com o aumento da população, atraída pelo processo de industrialização, nos longos terrenos atrás dessas casas originais instalar-se-iam fileiras de pequenos cômodos, aos quais se tinha acesso por um corredor estreito, passando por baixo da residência fronteira. Esses núcleos ficariam conhecidos como ‘ilhas’ e ali se desenvolveriam sistemas de laços comunitários estreitos e expressões culturais próprias, entre elas, as festas de São João. Conforme o historiador Julio Couto<sup>2</sup>, o “Porto era um enxame de ‘ilhas’. Eram pessoas que vinham de longe: Trás-os-Montes, Beira... Cada um trazia sua maneira de ser: instrumentos, modos de cantar. Reuniam-se aos domingos, em frente das casas. Podiam extravasar de fato no São João, no único dia que era feriado”.

Analisados os três textos, agora num sentido barthesiano, salientam-se as seguintes dimensões da identidade portuense:

– *Ser no tempo*: o Porto seria uma cidade muito antiga, cuja duração não se poderia demarcar apenas pelo tempo cronológico, pois vestígios castrejos, romanos e outros, a se perderem no passado, ainda marcariam os “recantos da alma do Porto, que acumulam memórias de muitos tempos, umas sobre as outras [...]” (PEREIRA, 1998, p.151). Ou seja, além do tempo histórico, trata-se de um tempo fundador, mítico ou mitificado.

– *Ser porto*: vendo no rio “a animação fluvial de outrora, centenas de barcos ‘rabels’ descendo o rio ou à descarga no cais da praia. Movimento de Alfândega, navios de longo curso, entrando e saindo da barra” (PEREIRA, 1998, p. 150). Pelas águas fluiria a economia, mas também o imaginário local levando corações e mentes para além da restrição geográfica do lugar físico. Até o tempo da ocupação romana “era apenas o *portus* que se desenvolveu junto ao rio” (PEREIRA, 1998, p.152). Nessa condição, abriu-se ao mundo, pois, como porto, sem perder o “caráter genuíno” do lugar, que o torna “Cidade cais, de produtos e de gentes, do Norte de Portugal” (PEREIRA, 1998, p.152). Ser porto é olhar para fora e para longe, e não para o *interland*, colocando-se em diálogo com o mundo.

---

<sup>2</sup> Júlio Couto, conforme anotações da autora, em entrevista a ela concedida em 30.01.2013, na cidade do Porto.

- *Ser Porto*: a cidade que deu nome ao vinho, produzido para além do seu território, mas que era por ali encaminhado para o mundo.
- *Ser (no) comércio*, deixando a cidade marcada pela “memória do comércio de muitas mercadorias” (PEREIRA, 1998, p.152). Pelo rio desciam o vinho, o linho e outros produtos; pelo mar se os levava pra Galícia, França, Flandres, Inglaterra ou para terras sob o domínio árabe. Por onde circulam mercadorias, circulam ideias. No Porto, o liberalismo ganha simpatizantes e praticantes, muito possivelmente porque é própria do comércio a liberdade, para melhor circulação das mercadorias.
- *Ser (no) trabalho*: o Porto é a cidade onde se trabalha, memória das “fábricas oitocentistas”, envoltas em bruma e fumaça, mas também da ausência da vida cortesã, pois a monarquia se instalava em Lisboa. Nos imaginários locais, “Braga reza, o Porto trabalha e Lisboa diverte-se” (BARRETO, 1968, p.90). O autor prossegue considerando que, embora todas as cidades de fato trabalhem, “o Porto fá-lo-á, na generalidade, até os últimos limites. É a sua constante, a sua razão de viver e progredir”. Haveria o orgulho local de “se ter feito pelas próprias mãos. E quando não foi ele que começou do nada, foi-o o pai ou o avô e isso o confessa do mesmo modo, alegre e altivamente” (BARRETO, 1968, p. 90-91).
- *Ser tripeiro* alude à simplicidade e ao despojamento de quem, no século XV das primeiras longas viagens a outros continentes, conhecidos ou ainda desconhecidos, “investiram tudo o que tinham, ficando apenas com as tripas” (PEREIRA, 1998, p. 154) para seu consumo.

Retomando Castells, verifica-se que ele diz que o significado envolveria a identificação simbólica alimentada pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva, fantasias pessoais e pelos aparatos de poder, dentre outros. E, que a tessitura dessas vertentes resultaria na identidade coletiva, organizada e reproduzida a partir de conteúdos simbólicos e de seus significantes, para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem, em relações de poder. Isso é o que torna tais identidades únicas.

Todas as vertentes propostas por Castells podem ser observadas nas narrativas tecidas que resultam no *ser portuense*. São linhas complexas, que parecem ter alimentado uma identidade de resistência, mas essa, na atualidade incorporada aos discursos oficiais, parece corresponder melhor a uma *identidade legitimadora*, que tem

como um de seus significantes centrais justamente a resistência. A Festa de São João permite encaminhar outros olhares sobre a identidade local.

### 3. O ser São João do Porto

Curiosamente periférica nos textos eruditos, a “Festa de São João é a maior das tradições guardadas no espírito da cidade”<sup>3</sup>, conforme o historiador Helder Pacheco, um dos poucos a dedicar atenção acadêmica a ela. Para o historiador, miticamente, a tradição reportaria aos rituais do solstício de verão e “a cultos milenários do fogo, das águas, da vegetação”<sup>4</sup>, daí não haver São João “sem cravos, alfazemas e rosmaninhos”, conforme a canção popular. O sol seria expresso nas labaredas da fogueira, acesas em espaços públicos. Cristianizado, o São João “constitui uma antecipação do anúncio do Advento, considerando o papel de João Batista, como precursor de Cristo” (LUCENA FILHO 2012, p. 38). O calendário cristão, instituído no século VI, dedica o dia 24 de junho a esse santo.

A primeira menção à Festa de São João no Porto aparece em 1384, em texto de Fernão Lopes intitulado *Crónica de D. João I*, em que relata a entrada do rei na cidade, justo no dia em que festejavam o santo, e explicando que “moradores daquela cidade costumam fazer grande festa” a véspera do dia que lhe era dedicado (*apud* PACHECO, 2004, p. 46). Na Idade Média, a data parece demarcar “o que hoje designamos como início do ano econômico da cidade” (*apud* PACHECO, 2004, p.31). Desde 1390, há documentos que colocam a data como sinalizadora de atos administrativos; “outras instituições do Burgo usavam o dia de S. João como bitola temporal para actos importantes (como as tomas de posse do Provedor)” (*apud* PACHECO, 2004, p. 34).

Outro documento, este de 1485, relata despesas da municipalidade para com a limpeza da praça e para madeiras e pregos a serem utilizados na montagem de palanque, em função da Festa. Uma Ata de Vereança Municipal, de 1551, registra o não cumprimento da realização de “mourisca”, que seriam danças de mouros ou de pessoas trajadas como mouros, durante os festejos de São João. Já em 1567, as despesas com as tais mouriscas são registradas, o que se repete em 1597 no livro de registros gerais de despesas com uma mourisca de quarenta homens (*apud* PACHECO, 2004, p. 34). Conforme a administração local se laiciza, o bispo deixa de ser a autoridade máxima,

---

<sup>3</sup> Capturado em <<http://helderpacheco.wordpress.com>>. Acesso em: 25.01.2013.

<sup>4</sup> *Idem*.

sendo substituído pelo Concelho, a ser constituído por “vizinhos”. A sua eleição acontecia no dia de São João, levando a data a ganhar “importância de relevo na vida política da cidade [...]” (MACHADO, 1970, p. 98).

No século XVII, regista-se, ainda, que entre 1730 e 1780, freiras do Convento de Santa Clara dedicavam “particular atenção ao dia de S. João” (PACHECO, 2004, p.48). Em 1785, a revista *O Tripeiro* informa que, no dia de São João e nos seguintes, “correram-se touros no curro levantado no Torrinha” (PACHECO, 2004, p.48). Pelos finais do século XVIII, a festa teria começado a ganhar carácter bairrista. Basto (1971), escrevendo, em 1939, cita Garret<sup>5</sup> para dizer que “S. João o velho republicano, de Cedofeitas; S. João o malhado, da Lapa; S. João o realista, do Bonfim” eram todos rivais, embora a supremacia fosse do da Lapa. “Em 1849, como ainda hoje, organizam-se comissões de moradores, das ruas ou locais em que se queria homenagear o Santo, e cada qual, segundo o produto das subscrições, caprichava em apresentar mais luzida festança” (BASTO, 1971, p.44).

No âmbito da presença francesa em Portugal, em 1808, Junot teria proibido as fogueiras, durante as festas juninas – São João, São Pedro e São Marçal –, assim como foguetes e bombas, em Lisboa, sendo, segundo Pacheco (2004), pouco provável a sua aplicação no Porto, cidade que havia se rebelado contra as invasões napoleónicas.

A vitória liberal, em 1834, é assinalada na Lapa: “particularmente afeiçoada ao lado constitucional, se festejou o S. João no Campo de S. Ovídio e na Rua Nova do Almada, com ‘fritadeiras e taberneiros’, além de arcos e janelas ornamentados ‘com versos e legendas alusivas’ aquele acontecimento” (PACHECO, 2004, p.49). Em 1849, há relatos destacando a iluminação, os arcos e a música que: “Espalhavam-se ao longo da Rua da Almada (na época, das principais vias de circulação na expansão do burgo para fora de portas) até a Alameda da Lapa, ‘onde se fez um arraial intenso’” (PACHECO, 2004, p.51). Em outra freguesia, os arcos eram “guarnecidos de bandolins, ornados de flores e funcho e iluminados com ‘vidros’ de muitas cores [...]” (PACHECO, 2004, p.51), onde, na tarde do 24, sobre um palanque, houve “‘um lindo baile de fabricantes’ (aqui no sentido de operários)” (PACHECO, 2004, p.51). Esses eventos levavam grande número de pessoas às ruas – registraram-se, nesse ano, vinte e quatro mil pessoas – mas reinava o sossego, segundo jornal da época.

---

<sup>5</sup> João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett nasceu no Porto em 1799 e morreu em Lisboa em 1854.

Alberto Pimenta (1971, p. 20) comenta em texto datado de 1905, que ele é “de um tempo [...] em que o São João do Porto se dividia em dois volumes, o do povo, nos Campos da Cedofeita; o dos burgueses, no arraial da Lapa”. No largo da Lapa, as pessoas sentavam em bancos vindos da igreja para dali assistir aos fogos conduzidos pelos “fogueteiros”. Na Cedofeita havia bailaricos sobre a relva, num local, então, descampado, mas Pimenta o coloca como arraial dos soldados e rameiras que comiam “nas baiucas dos vendeiros, as ‘espetadas’ e as postas de peixe frito” (PIMENTA, 1971, p. 20). Seria um tempo em que “o São João do Porto era todo do Ocidente, para os lados do mar. Ao Passeio das Fontainhas, sobre o Douro, apenas iam os bairristas beber a água da meia noite ou tomar as orvalhadas” (PIMENTA, 1971, p. 20). No hoje em que o texto era escrito, ou seja, em 1905, quando já não haveria “campos da Cedofeita, o povo anda em descantes pelas ruas, percorre as lindas ‘cascatas’<sup>6</sup> engenhosas, e depois vai acampar nas Fontainhas, a comer pão quente até que de madrugada se lava nos tanques, dispersando-se em seguida com os primeiros alvares da manhã” (PIMENTA, 1971, p. 22). Na Foz do Douro, fogueiras e trovas iriam até a manhã.

Embora o festejo popular se mantivesse, em 1908, se iniciaria uma transição pela autoridade pública, “para uma fase mais abrangente e civilista do conceito de festa, alargado, pela primeira vez, a manifestação assumida pela cidade sob a designação de ‘Festa de Verão’” (PACHECO, 2004, p. 63), talvez por se considerar a ascensão das “ideias republicanas no sentido da laicização da vida social e até dos acontecimentos religiosos” (PACHECO, 2004, p. 63), na justaposição da festa civil à religiosa. Segundo o jornal *Ilustração Portuguesa*, o sucesso da edição daquele ano “foi o facto dele se dever a duas instituições da cidade vocacionadas para organização de cursos carnavalescos: os clubes dos Fenianos e dos Girondinos, e não apenas, dada a dimensão do evento, as simples comissões de vizinhos” (PACHECO, 2004, p. 63). Os fogos, iluminando o rio e a ponte, junto a Ribeira, foram sucesso, tornando-as pela primeira vez como cenário. Nesse ano, houve, ainda, a presença de “grande número de forasteiros, chegados de toda parte [...]”, conforme o jornal *Ilustração Portuguesa* (*apud* PACHECO, 2004, p. 63), mas, principalmente, de Aveiro, Coimbra e Ovar. “Prova-se que os organizadores sabiam o que estavam a fazer em matéria de transformar o Porto em verdadeiro motor social, cultural e regional” (PACHECO, 2004,

---

<sup>6</sup> Cascatas, a semelhança dos presépios natalinos, são montagem de cenas da cidade, comuns como parte das comemorações do São João.

p. 66), numa programação que incluía exercícios de bombeiros, torneio de tiro ao pombo, tourada e concurso hípico, Parada Agrícola e Pecuária, esta realizada na Serra do Pilar, criando o conceito de Festa da Cidade.

Mas, será com a instauração da República que virá o reconhecimento da data como feriado municipal, depois de referendo coordenado pelo *Jornal de Notícias*, em 1911<sup>7</sup>. O pesquisador Julio Couto relata que a pesquisa teria sido encabeçada pela Câmara do Porto para decidir qual data seria consagrada como feriado municipal. Sugeriram-se datas históricas, datas cívicas e o dia de São João, que ganhou com muita diferença em relação às outras datas: 6565 votos contra 3075 para o 1º de Maio<sup>8</sup>. “São João ganhou votado pelo povo”, conforme Júlio Couto<sup>9</sup>.

Em 1942, o São João da Fontainhas destaca-se no calendário festivo e “é motivo de atração que faz afluir ao Porto milhares de forasteiros” (FERRO, 1971, p.53). Barracas de comes e bebes diversas, louça, tiro ao alvo, cascata, ornamentação, iluminação e “fogos de artifício, que queimado na Serra do Pilar, constitui sempre apoteose de cor e luz emoldurado num lindo cenário...” (FERRO, 1971, p.53). As rusgas<sup>10</sup>, ao amanhecer, rumavam para os mercados do Anjo e Bolhão “onde o manjerico, o alho e as ervas ‘santos’ são disputados das mãos das lavadeiras...” (FERRO, 1971, p.53). Em 1949, um jornalista inglês, acompanhado por Antonio Ferro – que é quem relata o caso –, teria declarado: “Mas isso sim, meu amigo, isso sim é democracia, democracia autêntica, natural e não democracia verbal, de palavrado [...]” (FERRO, 1971, p.69).

Curiosamente, entretanto, segundo Pacheco (2004), não seria esse o santo local de maior devoção, mas, sim, o Santo Antônio. Já São João é “fogacho, clarão e grito de uma noite – ou quando muito de uns dias curtos e limitados” (PACHECO, 2004, p.44). E do que era o tempo do exorcismo de um mal na forma de miséria, peste e fome, o mesmo “é agora transformado em esquecimento (ou compensação das dificuldades cotidianas que perseguem os homens). É uma manifestação que pouco ou nada tem a ver com fenómenos devocionais habituais na religiosidade popular” (PACHECO, 2004, p.44), embora em passado recente assim não fosse.

---

<sup>7</sup> Conforme < <http://magisterio6971.blogs.sapo.pt/2007/07/?page=2>>. Capturado em 30.01.2013.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Conforme entrevista de Júlio Couto à pesquisadora, em 30.01.13.

<sup>10</sup> As rusgas, a semelhança dos populares blocos de carnaval, no Brasil, são grupos de pessoas vestidas à moda dos anos 1940-1950 que desfilam pelas ruas da cidade cantando e dançando.

Os festejos, na atualidade, acontecem ao longo de todo mês, mas culminam na noite da véspera da data dedicada ao Santo, “quando a cidade transfigura-se e vem para a rua viver o momento mais significativo<sup>11</sup>”. Um jornalista teria escrito em 2005: “O povo pandegueiro, a catarse, o espírito de vizinhança, o fabuloso e enternecedor pulsar dos bairros, eis a seiva de tanta fraternidade e brejeirice, eis a consagração da tolerância em derredor do ascetismo do Santo Precursor. [...] Tempo permissivo com multidões de rapioqueiros despojados de preconceitos. Povo amorável<sup>12</sup>”.

A festa ainda envolve bailes – os *bailaricos* –, lançamento de balões, consumo de sardinhas assadas, muitas vezes junto à calçada, e caldo verde. Na tradição, até os anos 1950, ainda envolveria “a quadra de sete sílabas, em redondilha maior, paixões e malícias em rima e o povo, de natureza tropeiro, abraçando agora a veia telúrica, rosmaninho, erva-cidreira, cravos, alcachofra. E sempre o fálco alho-porro em riste até chegar a sublimação das orvalhadas” (MENDES, 2005)<sup>13</sup>. Lucena Filho (2012) fala, ainda, em banhos rituais, práticas adivinhatórias e propiciatórias ligadas ao casamento, a saúde, a felicidade. As ervas aromáticas, hoje substituídas por martelos de plástico, para desgostos dos mais velhos, eram utilizadas para com elas “bater” nas pessoas, por suas virtudes terapêuticas e purificadoras:

Descreve-se que o alho é usado na Noite de São João para tocar e dar a cheirar a quem passa. Este costume, segundo esta publicação, tem mais de 200 anos e acredita-se ter começado nas romarias que os rapazes e raparigas na Noite de São João faziam às fontes para beber a água purificadora ao romper da manhã. Pelo caminho, os romeiros colhiam os alhos silvestres, que cresciam abundantemente pelos campos, e aos quais eram, na altura, atribuídas as faculdades de afastar os maus-olhados. O gesto de bater com ele nas outras pessoas era um sinal de boa sorte e fortuna. [...] o alho é também um curativo para a febre [...] (RIBEIRO, 2008, p. 99).

Outra apresentação dos mesmos rituais é dada por Ana Paula Diniz:

O São João é uma festa antiga e hoje não acontece apenas na noite de 23 para 24 de junho. Começa no início de junho e vai ao início de julho. A Festa mobiliza, com sua alegria e bater com martelinhos, deixando as pessoas mais extrovertidas. São tantas pessoas que, como dizemos, quase não se coloca os pés no chão. Os martelos já são tradicionais, mas ainda existe a presença das ervas, do alho-porro e da cidreira e depois até saltar da fogueira. A Festa começa às 21h30min e termina por volta das 6 ou 7hs, na Foz, tomando banho. Ir tomar o banho na Foz, atrai as pessoas pela ribeirinha, até lá. O São João de S. Nicolau passa por Massarelos, passa por Miragaia e chega à Foz. Em caminhada em grupo e com alegria, não cansa.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Helder Pacheco em seu blog < <http://helderpacheco.wordpress.com>>.

<sup>12</sup> MENDES, Alfredo. *Diário de Notícias*. 26.06.2005. In: < <http://helderpacheco.wordpress.com>>.

<sup>13</sup> Ver < <http://helderpacheco.wordpress.com>>.

<sup>14</sup> Ana Paula Diniz, assistente social e envolvida com a Festa de São João pela Junta da Freguesia de Massarelos, em entrevista a pesquisadora em 19.02.13.

É importante destacar, ainda, o papel das *rusgas* na modelagem da Festa. Como explica a entrevistada Ana Paula Diniz<sup>15</sup>, elas lembrariam os blocos de Carnaval brasileiros, mas com algumas diferenças significativas: “No carnaval, pelo que vejo do Brasil, há mais marchas e uniformidade nas roupas. Nas marchas em Lisboa, também. Aqui, não. Cada um se caracteriza”, para participa da *rusga* de sua Freguesia.

Desde que sou pequenina há o fenómeno da *rusgas* (em Lisboa são marchas). As freguesias organizam as *rusgas* e convidam a população. O tema é algo significativo para o bairro, por exemplo, a Maternidade. Fizemos um painel em que se via a maternidade, e entre as figuras do desfile havia o médico, a enfermeira. Mas também tivemos o bailarico, as profissões antigas: o engraxate, a florista, a que vendia galinhas ou nas ruas. Dentro de tema, devem usar vestidos de dama antiga. São cerca de cem pessoas participando. Invocamos a participação e aí vê-se os laços de solidariedade (tenho um sapato, um chinelo e posso emprestar. Quando ganham o premio no concurso da Câmara, o dinheiro é para a comunidade, paga as despesas, faz caixa para o próximo ano. As reuniões começam em março, abril, e a freguesia do lado não pode ficar sabendo do tema, da música. O trajeto do desfile é livre, mas tem que passar por frente da Câmara, onde está o júri. Em frente ao júri, ele controla coisas como, se é uma dama antiga, não pode usar batom ou usar relógio, ou ter piercing ou tatuagem, que não havia na época. As vezes as mulheres vão cabelereiro e fazem um penteado que também não havia na época. O júri cuida esses detalhes. Para o organizar, controlar em mais de cem pessoas, nem sempre dá.<sup>16</sup>

As *rusgas* percorrem vários pontos da cidade, muito especialmente aqueles emblemáticos do casco histórico. Como disse Diniz, o seu grupo passa pelas Freguesias de Massarelos e por Miragaia, bairros tradicionais, antes de chegar junto ao mar, na Foz. “Em caminhada em grupo e com alegria, não cansa”. Da mesma maneira que as *rusgas*, os participantes da festa também percorrem estes espaços:

Durante toda a Noite de São João, no Porto, o povo dança, come e bebe, quer nas tascas e bancas improvisadas na rua e nos bairros, quer nos melhores restaurantes da cidade. À meia-noite ruma em direcção ao rio e deslumbra-se com o estrondo que vem do céu, provocado pelo fogo-de-artifício. O povo deambula entre os pontos nevrálgicos da festa, num circuito que vai das Fontainhas, à Ribeira e depois à Foz (PACHECO, 1985, p.140 *apud* RIBEIRO, 2008, p. 85).

Mesmo na sua efervescência de grande evento, na atualidade, os cronistas veem a Festa, se comparada aos meados do século XX, em declínio que, para eles, acompanha a deterioração do centro urbano, a sua “desurbanização, desindustrialização, descomercialização. Em suma, o despovoamento do Porto, a carcaça dos edifícios” (MENDES, 2005)<sup>17</sup>, destruindo a ‘alma’ da cidade. “A sistemática destruição do tecido físico e humano ecoando como réquiem à tradição popular. Ora, não havendo festa sem

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Ver < <http://helderpacheco.wordpress.com>>.

gente, alguns sonhos foram a deitar, enquanto iam entronizando um S. João institucionalizado, cosmetizado. S. João a perder identidade e afectos [...]”<sup>18</sup>.

#### 4. Festa e identidade

Seria um pouco simplório, por repetitivo na bibliografia, analisar a Festa de São João do Porto concluindo que a mesma alimenta a identidade, ou porque, conforme Castells propõe e foi aqui descrito, ela reforçaria os significados associados ao *ser (no) Porto*. De fato, é possível uma leitura em que se destaque o que se apresentou como sendo o *ser no tempo*, já que a Festa reporta a épocas imemoriais, tanto nas suas origens nos ritos de solstício como na sua versão cristianizada, associando-se ao São João dos católicos. Como o portuense é quem trabalha no país, a Festa é única no ano enquanto momento de não trabalho. Os avanços do século XX levaram-na a se estender por um tempo maior, entre o final de maio e o início de julho, mas a grande catarse, com o envolvimento maciço da população e o direito às marteladas (de plástico) dadas uns nos outros – mesmo que com o objetivo meritório de desejar sorte –, se dá única e exclusivamente na noite do dia 23 para o dia 24. Outros itens presentes no imaginário local de autossignificação reportariam à presença do rio na forma do consumo da sardinha, que se consolidou associado à festa depois que o carneiro da tradição mais antiga tornou-se um prato com custos muito altos para a população local.

Para fins de melhor construir a argumentação proposta para a presente análise quanto à importância da cultura imaterial para alimentar identidades, destaco dois itens que, como pretendo arrazoar, não apenas são rituais que tornam o passado presente, mas que, além de retomar o vínculo com o tempo anterior, também provocam a projeção ao futuro. Primeiro, está o fato de os festejos associados ao São João manterem-se fortes no Centro Histórico e nas freguesias que lhe são adjacentes. Anabela Meireles, da Junta da Freguesia de Miragaia, informa que a “maior receptividade é aqui. Em outros pontos da cidade é diferente. As pessoas se reúnem para jantar, soltar balões e fica por aí”<sup>19</sup>. Nas palavras de outra funcionária do município, Ana Paula Diniz:

Algumas freguesias não organizam festas, porque ficam distantes do Centro Histórico. Não sei se Paranhos organiza festa. A proximidade com o Centro é importante, porque todos querem ir à Fontainha. Todos acham importante ver os fogos de artifício. Mas também tem a ver com o local onde o São João nasceu e, dali, se estendeu pelos vizinhos. Penso que em Aldoar, Ramalde, não há essa concentração, mas apenas uma festa organizada nos seus bairros.

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Anabela Meireles, em entrevista a autora em 20.02.13.

Anabela Meireles ainda reforça: “Cada rua faz a sua festa, mais na zona antiga do que na zona nova. Porque é cultural. É a cultura da Sé. De pessoas que nascem aqui e vivem aqui. Cultura não só de bairro, mas cultura de partilha”<sup>20</sup>.

Nessas afirmações, dois pontos se tornam importantes: a presença do Centro Histórico, logo, do passado a ele associado, como atrator; e a importância de a Festa não ficar só no bairro, ou seja, de ela ir para além de si, ao transpor as fronteiras espaciais da comunidade. Significa dizer que o movimento será o elemento importante para construir os significados que irão (re)alimentar a identidade local. Em outro depoimento informal, um funcionário de restaurante declarou que dificilmente iria ao Centro Histórico, não fosse o São João. Seria isso o que faria a Festa transcender para uma dimensão maior que a de um simples festejar entre vizinhos, ampliando a capacidade de, no movimento, exercitar-se de maneira mais profunda a *cultura da partilha*.

Se esses movimentos, temporal (em direção ao passado), espacial (para além da casa e do bairro) e social (em direção ao outro, para partilhar), são importantes por si só, para provocar a dimensão ampliada da Festa, isso também levaria a sua renovação, pois “al fin han podido con la angustia, el dolor y la muerte” (OTTO e SCRAMM, 1983, p.9). Para esses autores, isso significa que:

La dimensión del pasado interpretada a través de la problemática del presente dispone de diversas posibilidades a elegir para configurar el futuro como alternativa a lo que se vive hoy, y, además, solo en ella se cimenta la posibilidad de un futuro salvífico. En el futuro de la experiencia cotidiana se hará realidad lo que está ya en la historia y que ahora se evoca mediante el culto (OTTO e SCRAMM, 1983, p. 51).

O liberalismo presente na cidade do Porto tornou laico o que era mítico (o solstício) e depois cristão (associando-lhe o santo), de maneira que se poderia deduzir que a procissão transformou-se na rusga e do culto manter-se-ia a ritualidade, por exemplo, na atual brincadeira das “marteladas”, na presença das ervas aromáticas como algo a ser presenteado entre amigos, no beber o orvalho da madrugada ou no banhar-se no mar, no final da Festa. É importante citar outra das práticas que levam a também transpor a Festa para além do seu *aqui e agora*, que são os jogos advinhatórios. São elas, e não apenas na cidade do Porto, que permitem a projeção a um futuro quando buscam antecipações do que estaria por acontecer, conhecimento que, em princípio, deveria reduzir a angústia sobre o desconhecido, nos tempos que viriam. As advinhas

---

<sup>20</sup> Idem.

não deixam de vir carregadas de certa utopia em relação ao tempo vindouro, esperando-se que ele seja um momento melhor.

Mesmo que não se trate aqui da identidade de projeto proposta por Castells, abre-se uma dimensão de identificação, para além da identidade legitimadora, levando, no Porto, a Festa de São João a ser marcada pelo modo de ser local, ao mesmo tempo em que também o marca. Daí, talvez, sua tão longa duração.

## Referências

BARRETO, 1968 A janela da vida. In POMBO, Paulo (seleção). *S. João do Porto – Antologia*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1971.

BASTO, Artur de Magalhães, Sem título, 1939. In POMBO, Paulo (seleção). *S. João do Porto – Antologia*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1971.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. A dimensão escondida do património histórico portuense. CAMPOS, João (org.) *Porto: a dimensão intangível da cidade histórica*. Porto: CMP, 2002

FALCÃO, Mário. O Porto, os planos municipais e o turismo. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I série, v XV/XVI, Porto, 1999-2000, p. 63-78.

FERRO, Antonio. Discurso proferido no Porto, em 1949. POMBO, Paulo (seleção). *S. João do Porto – Antologia*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1971.

LOZA, Rui Ramos. Património intangível no Porto. In: CAMPOS, João (org.) *Porto: a dimensão intangível da cidade histórica*. Porto: CMP, 2002

LUCENA FILHO, Severino A. *Festa Junina em Portugal: Marcos culturais no contexto do folkmarketing*. João Pessoa: UFPB, 2012

MACHADO, Antonio Sousa. Sem título. In. POMBO, Paulo (seleção). *S. João do Porto – Antologia*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1971.

MARJAY, F. (org.). *Porto capital do norte- Origem de Portugal*. Lisboa: Bertrand, 1973.

OTTO, Eckart e SCHRAMM, Tim. *Fiesta y gozo*. Biblia e catequese. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1983.

PACHECO, Helder. *O livro de São João*. Porto: Afrontamento, 2004.

PEREIRA, Gaspar Martins. Divino Porto. *O Porto na VIII Cimeira Ibero-Americana*. Porto: Governo de Portugal/ Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1998.

PIMENTA, Alberto. As alegres canções do norte (1905). In POMBO, Paulo (seleção). *S. João do Porto – Antologia*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1971.

RIBEIRO, Susana Isabel da Silva. *A Festa de São João no Porto*. Uma Proposta de Desenvolvimento do Evento. Dissertação de Mestrado em Turismo e Desenvolvimento Regio Helder Pacheco em seu blog nal. Universidade Católica Portuguesa, 2008.